

O ATAQUE DE NUNO FERNANDES DE ATAÍDE, CAPITÃO DE SAFIM, AO CASTELO DO *MOURO SANCTO*

Fernando Pessanha

CHAM-UNL / C. M. de Vila Real de Santo António

E-mail: fernando.pessanha@cm-vrsa.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3327-1275>

RESUMO

Conhecido pelos seus contemporâneos como *nunca esta quedo*, o capitão de Safim Nuno Fernandes de Ataíde foi uma figura da Expansão Portuguesa temida e respeitada por cristãos, judeus e muçulmanos. Responsável pela constituição de um protectorado de *mouros de paz* no sul marroquino, a sua capitania, entre 1510 e 1516, correspondeu ao apogeu da presença militar portuguesa no Norte de África, quando numa série de campanhas vitoriosas conduziu as armas lusas até às portas de Marraquexe e ao Grande Atlas. É nesse sentido que, utilizando uma metodologia de trabalho baseada no confronto das informações facultadas pela crónica e pela bibliografia contemporânea, o presente artigo pretende abordar uma expedição militar nunca antes sujeita a apreciação crítica: o ataque ao castelo do *mouro sancto*, ocorrido em 1510.

PALAVRAS-CHAVE: história militar, expansão portuguesa, norte de África, Marrocos.

EL ATAQUE DE NUNO FERNANDES DE ATAÍDE,
CAPITÁN DE SAFI, AL CASTILLO
DEL *MOURO SANCTO*

RESUMEN

Conocido por sus contemporâneos como *nunca esta quedo* («el que nunca descansa»), el capitán de Safi, Nuno Fernandes de Ataíde, fue una figura de la Expansión portuguesa temida y respetada por cristianos, judíos y musulmanes. Responsable de la constitución de un protectorado de *mouros de paz* («moros de paz») en el sur de Marruecos, su capitania, que corrió entre los años 1510 y 1516, correspondió al apogeo de la presencia militar portuguesa en el Norte de África, en el momento en el que una serie de campañas vitoriosas condujo a las armas lusitanas hasta las puertas de Marraquech y al Gran Atlas. En este contexto histórico, en el presente trabajo se utiliza una metodología de análisis basada en la confrontación de la información que proveen las crónicas y la bibliografía contemporânea, con el objetivo abordar el análisis de una expedición militar que no ha sido examinada de manera crítica hasta la fecha: el ataque al castillo del *mouro sancto* (moro santo), acaecido en 1510.

PALABRAS CLAVE: historia militar, expansión portuguesa, norte de África, Marruecos.

DOI: <https://doi.org/10.25145/j.cemyr.2025.33.12>

CUADERNOS DEL CEMyR, 33; enero 2025, pp. 363-383; ISSN: e-2530-8378

[Licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA\)](#)



0. INTRODUÇÃO

Decorria o ano de 2023 quando apresentámos à Universidade de Huelva a tese de doutoramento intitulada *Nuno Fernandes de Ataíde, o «nunca esta quedo» – A acção do capitão de Safim no apogeu da presença militar portuguesa em Marrocos*, investigação onde tivemos a oportunidade de analisar o labor político, militar e administrativo do célebre Nuno Fernandes de Ataíde através da reconstituição das acções militares por ele concebidas no teatro de operações norte-africano entre 1510 e 1516, período correspondente à sua capitania em Safim. Mas célebre capitão porquê?

Diz-nos Damião Góis (1749: 455), na sua *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, que Nuno Fernandes era tão astuto e incansável nos negócios da guerra portuguesa em Marrocos que tanto cristãos como mouros lhe chamavam o *nunca esta quedo*. Note-se que o próprio cronista Diogo do Couto (1988: 135), ainda que manifestamente contrário às guerras portuguesas no Norte de África, não se coibiu em registar com admiração as qualidades deste capitão, que teve a audácia de dar com as «lanças nas portas de Marrocos».

De facto, Nuno Fernandes de Ataíde foi uma figura da Expansão Portuguesa temida e respeitada por cristãos, muçulmanos e judeus. Responsável pela constituição de um protectorado de *mouros de pazes* no sul marroquino, quatrocentos anos antes da instituição dos protectorados espanhol e francês em Marrocos, a sua capitania corresponde ao apogeu da presença militar portuguesa no Norte de África, quando numa série de campanhas vitoriosas, Ataíde levou as armas lusas até às portas de Marraquexe e ao Grande Atlas. Tal como João Gouveia Monteiro (1992: 143) bem observou, «é imenso aquilo que a guerra nos pode dizer sobre uma determinada sociedade. É que a guerra liga-se intimamente à economia, à política, à cultura e à própria mentalidade». Foi nesse sentido que, ao contactarmos com a capitania desde *bellator* do expansionismo português de inícios do séc. XVI e de modo a colmatar o que nos pareceu uma grave lacuna a nível da História da Expansão, concebemos analisar as opções tácticas e estratégicas deste capitão de Safim no apogeu da presença militar portuguesa em Marrocos. Análise, sublinhe-se, que consideramos incontornável para a compreensão do que, efectivamente, foi o projecto imperial do rei D. Manuel de Portugal para o Norte de África.

Foi nesse contexto que, ao analisarmos a conjuntura adversa em que Nuno Fernandes de Ataíde tomou posse como capitão de Safim, em 1510, abordámos aquele que, segundo as crónicas, constituiu o primeiro ataque comandado pelo novo capitão: a expedição contra o castelo do *mouro sancto*. Empreendimento militar que, não obstante nunca ter sido analisado nem sujeito a apreciação crítica, evidencia particular interesse a nível simbólico, já que constituiu o ataque inaugural da capitania que, segundo David Lopes (1937: 158; 1989: 31), ficou nos anais da memória como «a página mais assombrosa da história luso-marroquina».



1. A EXPANSÃO PORTUGUESA NO NORTE DE ÁFRICA E A REGIÃO DA DUQUELA

Como é de conhecimento geral, foi a conquista de Ceuta, em 1415 (Zurara, 1992), a marcar o «acto inaugural da expansão» (Thomaz, 1994: 21) não só portuguesa mas também ibérica. As conquistas de Alcácer Ceguer, em 1458 (Pina, 1902: 140-150), Arzila e Tânger, em 1471 (Pina, 1902: 56-68), encerraram o ciclo que culminou com a instituição formal dos Algarves ultramarinos, consubstanciados através do tratado de paz entre Muley Xeque e D. Afonso V, que transformou o monarca português em «Rei de Portugal e dos Algarves Daquém e Dalém Mar em África». Um ciclo, refira-se, pautado por um fervoroso espírito de cruzada¹, pelo desejo de controlar o Estreito de Gibraltar e de suprimir a pirataria magrebina que tão frequentemente atacava as costas de Portugal e de Castela. Não será, portanto, inocente a tomada ou destruição de bases de corso e pirataria como Anafé-Casablanca (Pessanha, 2019a: 97-123), estratégia, aliás, que como Luís Filipe Thomaz (1994: 45) bem notou, remonta à Baixa Idade Média e de que é exemplo a expedição de Enrique de Castela contra Tetuão, em 1399.

Efectivamente, a «Reconquista» tinha avançado para África, as fronteiras portuguesas tinham sido alargadas e dignidade militar tinha sido restaurada. No entanto, as riquezas de Marrocos continuavam longe das ambições portuguesas. Das praças que compreendiam os Algarves de Além-mar não advinha riqueza. Pelo contrário, os repetidos ataques dos mouros faziam com que estas se vissem impossibilitadas de se abastecerem a si próprias². Foi neste contexto expansionista que o sul marroquino e a rica região da Duquela, onde se localiza a cidade de Safim, entraram na esfera de interesses da Coroa portuguesa. De facto, a região da Duquela era tradicionalmente considerada uma das mais ricas regiões de Marrocos, tal como atestam autores muçulmanos e cristãos, como Ibn Khaldum (*História dos Berberes II*. Transcrito de Lima, 1930: 2), Leão-o-Africano (2004: 179), Duarte Pacheco Pereira (1954: 64), Valentim Fernandes (1938: 28-36), Damião de Góis (1749: 370), Jerónimo Osório (2004: 192) ou Luis del Mármol Carvajal (1573: 41)³.

Com uma linha de costa compreendida entre as trinta e as quarenta léguas, a região destacava-se pela riqueza a nível de água e de cavalos, frequentemente exportados do porto de Azamor e de Safim⁴, tal como os alambéis que seguiam para as ter-

¹ Repare-se na crueldade manifestada na conquista de Ceuta e especialmente na conquista de Arzila, onde a população não foi poupada ao massacre. Segundo Damião de Góis, os mortos eram tantos no assalto ao castelo de Arzila (1749: 111) que «por nenhum lugar do pateo se podia dar passo, senão sobre sangue e corpos vivos e mortos».

² Esta situação levou o «Africano» a procurar obter de Castela vantagens económicas para poder abastecer as praças do Algarve de Além. Veja-se, por exemplo, a criação da feitoria portuguesa em Sevilha: Corte-Real (1967); Fontoura (1998: 20-25).

³ Abordámos em anterior trabalho a pertinência das obras destes autores para o estudo da presença portuguesa no Norte de África (Pessanha, 2023a: 108-111).

⁴ Sobre a importância da região da Duquela para a economia imperial portuguesa, Boucharb (2021: 99-111).





Fig. 1. A delimitação da região da Duquela, segundo *Estatz et royaumes de Fez et Maroc, Dahra et Segelmesse* tirés de Sanuto, de Marmol, etc. Nicolas Sanson 1655. BnF, *Département Cartes et Plans*, GE DD-2987 (8044). (On line) Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8595420g/fl.item.zoom> (consultado em 20 de Novembro de 2019).

ras dos negros, nomeadamente, para as feitorias de Arguim (Fernandes, 1938: 28)⁵ e da Mina (Fernandes, 1938: 60)⁶. De modo geral, podemos inferir que as riquezas da região da Duquela eram bem conhecidas dos portugueses, que se começaram a interessar pelos mercados cerealíferos das planícies marroquinas, pelo menos, desde meados do séc. xv. Referira-se que, logo em 1456, pouco depois de os portugueses começarem a comprar trigo em Safim, foi enviada uma caravela àquela cidade, «mais por os que nela iam verem o lugar como era fundado e as fortalezas dele e per onde se melhor poderia filhar»⁷, o que poderá, desde logo, denunciar a intenção do rei D. Afonso V em dirigir um ataque àquela cidade da Duquela. Não será, portanto, de estranhar que o primeiro acordo conhecido entre Portugal e Safim remonte ao reinado de D. Afonso V, como foi referido na carta que o rei D. João II enviou a Amadux, o alcaide da cidade em 1488⁸. Aliás, já dois anos antes, em 1486, tinha este monarca imposto a soberania portuguesa aos habitantes mouros de Azamor,

⁵ Sobre a feitoria de Arguim, Thomaz (1989: 161-256).

⁶ Sobre a feitoria da Mina, Ballong-Wen-Mewuda (1993); Boucharb (1994: 194-196).

⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 13, fl. 31. Documento publicado in Azevedo (1934: 324).

⁸ ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 1, n.º 43. Documento publicado in Baião (1925: 5-9).

ficando estes obrigados a pagar dez mil sáveis por ano ao rei português e a deixar que os portugueses comerciassem livremente no seu território⁹. A submissão destas cidades, sem recorrer à força ostensiva através da conquista pelas armas, resultou num novo ciclo caracterizado por uma soberania limitada no norte marroquino e que se alastrava a alguns protectorados sobre algumas zonas mais a sul, com as quais era mantida uma relação comercial. É no seguimento desta política marroquina que, em 1497, também o rei D. Manuel acabou por estabelecer um contrato de suserania com os habitantes de Meça (Lopes, 1931: 542-544; Cenival, 1934: 31-35), na região do Suz, que recebia o tráfico transariano do ouro e dos escravos da Guiné (Pereira, 1954: 71-77; Fernandes, 1938: 118-126). *Grosso modo*, acordos em que estas cidades e vilas se comprometiam a pagar tributos, conceder facilidades comerciais e permitir a construção de feitorias a troco de protecção. Na realidade, uma estratégia de exploração das cobiçadas riquezas do sul marroquino através de uma dissimulada política de intimidação.

De facto, o interesse do rei «Venturoso» não se circunscreveu à região da Duquela, que tinha como portos as cidades de Safim e Azamor. Foi, seguramente, com o objectivo de explorar os recursos provenientes da feitoria de Meça e de travar a tentativa castelhana de ocupar a costa marroquina frente às Canárias (Lopes, 1931: 453-454)¹⁰ que o rei D. Manuel de Portugal autorizou João Lopes Sequeira a construir o castelo de Santa Cruz do Cabo Gué, no território que actualmente corresponde à cidade de Agadir, na foz do rio Suz, também em 1505 (Pereira, 1954: 71-72; Fernandes, 1938: 38; Góis, 1749: 128).

Também nos anos que se seguiram à construção do castelo de Santa Cruz do Cabo Gué foi construída a fortaleza satélite de Ben Mirao (Figanier, 1945: 32; Correia, 2008: 328-334), uma pequena fortaleza que inaugurou uma estratégia de implantação no sul marroquino e que se consubstanciou através da construção de castelos satélites de apoio às cidades fortificadas. É exactamente nessa conjuntura de expansão lusa para as latitudes meridionais da esfera magrebina que, em 1506, o rei D. Manuel incumbiu Diogo de Azambuja da construção do Castelo Real do Mogador¹¹, na região da Xiátima, a sul da Duquela, e que em 1508 foi construído o castelo de Aguz, na foz do rio Tensift¹², a «oito legoas de Çafim» (Góis, 1749: 601).

Porém, não obstante o comércio que o sul marroquino mantinha com Portugal, a actuação pouco correcta dos feitores portugueses, a lealdade intermitente

⁹ ANTT, *Leitura Nova*, Livro das Ilhas, fls. 49-50. Documento publicado in Cenival (1934: 4-8).

¹⁰ Na realidade, é vasta a bibliografia acerca da tentativa castelhana de ocupar a costa marroquina frente às Canárias. Vejam-se, meramente a título de exemplo, Rumeu de Armas (1955: 397-477); Pessanha (2017b: 117-121).

¹¹ ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 5, n.º 12. Documento publicado in Cenival (1934: 128-129). Vejam-se também as referências dos autores do século XVI, como Pereira (1954: 69); Fernandes (1938: 37-38); Góis (1749: 177).

¹² Duarte Pacheco Pereira e Valentim Fernandes não referem o forte de Aguz, certamente inexistente aquando da produção dos seus trabalhos. Sobre este castelo veja-se, no entanto, Lopes (1931, 540-542); Dias (2000: 189-192); Dias (2008: 49); Correia (2008: 334-336).





Fig. 2. Localização de Safim, na costa atlântica de Marrocos, a meio caminho entre o sudoeste peninsular e o arquipélago das Canárias.

das cidades vassalas e a irregularidade no pagamento dos tributos dificultaram a fidelidade das populações locais para com a Coroa portuguesa. Foi, portanto, neste contexto político-comercial de fidelidades intermitentes que Portugal desenvolveu um esforço astucioso de fomento à intriga e às rivalidades internas em Safim, o que acabou por culminar na tomada da cidade pelas armas, em 1508.

2. SAFIM: DA CONQUISTA PORTUGUESA À CAPITANIA DE NUNO FERNANDES DE ATAÍDE

Não nos iremos demorar em grandes considerações sobre a natureza histórico/ geográfica de Safim até à conquista portuguesa, visto já termos dedicado considerável número de páginas a estas matérias (Pessanha, 2023b: 173-208). No entanto, nunca é demais recordar que Safim foi, desde a sua fundação, uma cidade importante devido à sua localização geográfica, tal como atestam autores muçulmanos anteriores ao domínio português, como al-Idrici (*Description de l'Afrique et de l'Espagne*. Transcrito de Lima, 1930: 4) ou Abu-l-Abbas Ahmad al-Qalqasandi (Lucena, 1951: 39). Localizada na costa atlântica, a meio caminho entre os portos do sudoeste peninsular e o arquipélago das Canárias, Safim funcionou como importante entreposto da



Fig. 3. O topónimo Safim (no documento «Saffe») no Atlas Catalão, de 1375.
 (On line) Disponível em https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/44/Pizzigano.jpg?fbclid=IwAR3oQw_JxqDufCIuEAtmDIRY8a-zPt-wXCC59nizTHLP1e26anP9j6wWQgI
 (consultado em 29 de Março de 2020).

navegação de cabotagem a partir do séc. x e como porto de mar de Marraquexe e da região da Duquela. Até ao século XII, Safim foi o extremo meridional da navegação¹³.

Porém, no tempo de al-Idrisi, já os navios tinham progredido quatrocentas milhas em direcção ao sul (Godinho, 1947: 91; Cosme, 2004: I), continuando essa progressão paulatinamente ao longo dos séculos XIII e XIV. De resto, desta progressão a sul de Safim são exemplo as viagens de exploração às Canárias realizadas no reinado de D. Afonso IV de Portugal (Baleira, 2016: 113-221) ou as representações no célebre Atlas Catalão de Abraão Cresques, de 1375, onde a cidade de Safim se encontra representada¹⁴.

Para além dos já referidos autores, também outras fontes muçulmanas assumem especial importância para o nosso conhecimento sobre Safim antes da conquista portuguesa, nomeadamente, Leão-o-Africano, segundo o qual a cidade era

¹³ Veja-se, a título de exemplo, a viagem dos oito aventureiros que no séc. XII partiram de Lisboa, navegando o Atlântico para sul durante mais de um mês, visitando uma ilha deserta e uma habitada antes de regressarem por Safim, na costa africana. Ver Mattoso (1998: 19).

¹⁴ Disponível em https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/44/Pizzigano.jpg?fbclid=IwAR3oQw_JxqDufCIuEAtmDIRY8a-zPt-wXCC59nizTHLP1e26anP9j6wWQgI
 (Consultado em 2 de Abril de 2020). Sobre o Atlas Catalão veja-se Godinho, 1990: 66-67.



composta por aproximadamente quatro mil fogos, sendo que cem destas casas pertenciam a judeus (Africano, 2004: 179). Nela vivia um elevado número de artesãos e tinha uma relação económica de grande dinamismo com Marraquexe, de quem dependeu politicamente até que a família Farhon se autonomizou (Góis, 1749: 186; Osório, 2004: 107). Já *Valentim Fernandes* (1938: 34) refere que a cidade, antes da conquista portuguesa, contaria com uns três mil habitantes em 1507, qualificando-a de «a melhor e a principal (cidade) q os Mouros tem em toda a costa d'este mar des ho estreyto pera Ethiopia»¹⁵. Todos estes testemunhos permitem afirmar que este aglomerado populacional se apresentava como o maior centro urbano da Duquela¹⁶, de onde eram exportadas as riquezas da região, nomeadamente, os cereais. De facto, a produção cerealífera era de tal ordem que os portugueses começaram a negociar com Safim, pelo menos, desde meados da centúria quatrocentista, século em que a cidade começa a ser representada com regularidade na cartografia náutica quatrocentista¹⁷. É, portanto, nesse contexto de comércio cerealífero que se desenvolve uma relação que acabará por colocar a cidade sob a protecção de D. João II de Portugal, em 1488¹⁸, e que, para além dos tributos acordados, levará à construção de uma feitoria portuguesa que assegurasse a compra de produtos que interessavam ao comércio com os negros, nomeadamente, com a feitoria de Arguim e de São Jorge da Mina.

Foi, portanto, nesta feitoria, a que Valentim Fernandes se referiu como «hua casa como castello» (Fernandes, 1938: 36), que os portugueses se vieram paulatinamente a fortificar (Correia, 2008: 262), enquanto levavam a cabo uma política de intrigas que fomentaram as rivalidades a nível dos poderes locais e que levou o rei D. Manuel de Portugal a incumbir Diogo de Azambuja da conquista da cidade, com o apoio da força naval comandada por Garcia de Melo (Pessanha, 2023b: 194-208)¹⁹. Porém, o início do domínio português não foi pacífico, tendo ficado a capitania de Diogo de Azambuja marcada por acusações de violência e de abuso de poder²⁰. As inimizades criadas por este capitão, aliadas às notícias de que o rei de Marraquexe se preparava para reconquistar Safim, levaram a que o rei português substituísse Azam-

¹⁵ Veja-se também os números apresentados por Góis (1749: 186).

¹⁶ De resto, esta ideia tem vindo a ser claramente defendida pela historiografia contemporânea, nomeadamente, por investigadores como Vitorino Magalhães Godinho ou António Dias Farinha, que se referem a Safim como a cidade mais importante e próspera da Duquela. Vejam-se, respectivamente, Godinho (1974: 90-94); Farinha (1998: 129).

¹⁷ Vejam-se, a título de exemplo, a carta náutica de Zuane Pizzigano, de 1424, a carta marítima de Petrus Roselli, de 1466, a carta anónima de «Circa», de 1471, o portulano de Pedro Reinel, de 1485, o portulano Albino Canepa, de 1489, ou na carta náutica de Jorge de Aguiar, de 1492, entre outras (Pessanha, 2023b: 174-179).

¹⁸ ANTT, *Corpo Cronológico*, parte 1, maço 1, n.º 43. Documento publicado in Baião, 1925: 5-9.

¹⁹ Sobre Garcia de Melo, Pessanha, 2019d: 460-461; Pessanha, 2022: 13.

²⁰ Veja-se, a título de exemplo, a carta dos moradores de Safim a D. Manuel, datada de 2 de Julho de 1509. ANTT, *Colecção de cartas*, Núcleo Antigo 891, maço 2, n.º 48. Documento publicado in Sousa (1790: 11-24) e Cordeiro (1892: 73-79). O mesmo documento foi traduzido para francês e publicado por Cenival (1934: 190-202).

buja no cargo, ficando Pedro de Azevedo a capitanear interinamente a cidade até à chegada do novo capitão: Nuno Fernandes de Ataíde.

3. O ESTABELECIMENTO DE NUNO FERNANDES DE ATAÍDE EM SAFIM

Segundo a *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, Nuno Fernandes de Ataíde era: «tam astucioso, & tam incansuel nos negocios da guerra [...] porq fazia âtas entradas, & per caminhos tam desuiados, q em nenhu lugar ho tinhão certo [...] pelas muitas mudâças que fazia, sem poderê atinar hos caminhos q romaua, atte ser jutto ahos lugares que iha cometer» (Góis, 1749: 455-156).

Estas palavras de Damião de Góis são, sem dúvida, bem representativas do que foi a capitania de Nuno Fernandes em Safim, entre 1510 e 1516. De modo geral, podemos considerar que a capitania de Nuno Fernandes pode ser dividida em duas fases principais: uma primeira fase, compreendida entre 1510 e 1513 e caracterizada pela imposição da sua autoridade como principal chefe militar na região, e uma segunda fase, compreendida entre 1513 e 1516, caracterizada pela consolidação do seu poder e pela expansão do seu raio de acção para o interior marroquino. O presente artigo pretende, portanto, colocar em evidência a expedição militar que inaugurou não só a primeira fase da sua capitania, mas que inaugurou igualmente a política de acções militares que acabaram por levar as armas lusas até às portas de Marraxquexe, ao Grande Atlas, e à constituição de um protectorado de *mouros de pazes*, aliados da Coroa de Portugal²¹.

Tal como não nos demorámos em grandes considerações sobre a natureza histórico/ geográfica de Safim até à conquista portuguesa, também não nos iremos deter em apreciações sobre o contexto social, familiar e patrimonial de Nuno Fernandes de Ataíde, uma vez que já dedicámos substancial número de páginas a estas matérias em anterior trabalho (Pessanha, 2023b: 67-121). Importa, no entanto, recordar que decorria o ano 1510 quando o rei D. Manuel nomeou Nuno Fernandes, alcaide-mor de Alvor²² e antigo fronteiro em Arzila (Rodrigues, 1915: 29)²³, como capitão de Safim.

Não sabemos exactamente a data em que Ataíde chegou àquela praça norte-africana. As crónicas quincentistas não no-lo dizem. Damião de Góis (1749: 276), por exemplo, refere apenas que no ano de 1510 partiu «uma armada que el

²¹ No que se refere à constituição do protectorado de *mouros de pazes* veja-se o incontornável papel do aliado mouro Bentatufa (Cruz, 2002: 39-63; Pessanha, 2023b: 347-364).

²² ANTT, *Leitura Nova*, Livro 1 de Odiana, fl. 84v; ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 113v; ANTT, *Leitura Nova*, Livro 1 de Odiana, fl. 4v; Pessanha (2023b: 97-107).

²³ Vejam-se também, a título de exemplo, as palavras de Pedro de Mariz: «E o primeiro fronteiro foi Nuno Fernandes de Ataíde, que logo mostrou áquelles barbaros o que depois muitos deles sentirão de seu esforço, é cavaleria» (1806: 718). Sobre Nuno Fernandes de Ataíde enquanto fronteiro em Arzila, Pessanha (2023b: 122-127).





Fig. 4. As armas dos Ataídes no *Livro do Armeiro-Mor*, de João do Cró, de 1509. ANTT, *Casa Real*, Cartório da Nobreza, liv. 19, fl. 49v. (On line) Disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4162406> (consultado em 1 de Abril de 2020).

Rei mandou a çafim, que passava de trinta velas, de que era Geral Nuno fernandez dataide, com muita gente nobre do regno, pera ficar por capitão, & governador da mesma cidade»²⁴.

Segundo Durval Pires de Lima (1930: 34), esta armada partiu do reino em 16 de Março. Desconhecemos, porém, em que fonte se terá o autor baseado, já que não remete para qualquer documento que justifique tal afirmação. Pierre de Cenival

²⁴ De facto, parte dos homens que integraram a guarnição militar de Safim, assim como a rede clientelar de Nuno Fernandes de Ataíde, era proveniente de Alvor. Ainda assim, não é conhecida qualquer referência documental que ateste a partida da armada constituída por trinta barcos a partir desta vila algarvia, tal como afirma Susannah Humble Ferreira (2025: 146) ao escrever que Nuno Fernandes «led a fleet os thirty ships from his home in the Algarvian town of Alvor». O mais certo é que os recursos provenientes de Alvor se tenham juntado em Faro aos restantes recursos provenientes do reino e das restantes terras algarvias, tal como aconteceu em 1513, quando a armada destinada à conquista de Azamor concentrou forças em Faro, onde se juntaram os recursos do Algarve (Góis, 1749: 369; Rodrigues, 1915: 91; Pessanha, 2019b: 133-134).

(1934: 159), por outro lado, defende que a capitania de Safim foi entregue a Nuno Fernandes de Ataíde antes de 17 de Abril de 1510, alegando ainda que as ordens de pagamento assinadas pelo próprio em 31 de Julho e 6 de Agosto provam que por então já se encontrava a desempenhar o cargo.

Porém, também é certo que Pedro de Azevedo aparece referido na documentação como capitão de Safim até Agosto de 1510, mês em que manda o almoxarife da cidade pagar 1.200 réis a Diogo Caravela²⁵. É, portanto, de supor que o capitão interino tenha continuado a resolver algumas questões relativas à sua administração antes de entregar a capitania a Nuno Fernandes. Refira-se, a este respeito, que por vezes decorriam meses entre a chegada de novos capitães às praças norte-africanas e a efectiva tomada de posse²⁶.

A chegada de Ataíde deve ter sido aguardada com expectativa por mouros e cristãos (Pessanha, 2017a: 50). Os primeiros porque, efectivamente, não estavam satisfeitos com o domínio português. Aliás, nesse mesmo ano de 1510 os habitantes de Meça escreveram ao rei D. Manuel expondo várias queixas contra os portugueses²⁷. Por outro lado, não só reinava em Safim o descontentamento e se acumulavam as reclamações relativas à administração de Diogo de Azambuja, como ainda proliferavam rivalidades entre os portugueses, nomeadamente, as que resultavam em queixas contra o adail Lopo Barriga e o almocadém Diogo Lopes (Pessanha, 2023b: 237-238), ambos vindos de Arzila (Rodrigues, 1915: 41; Pessanha, 2021: 6). Quer isto dizer que, logo de início, Nuno Fernandes teve a delicada tarefa de gerir as intrigas e invejas que minavam o relacionamento entre os portugueses de Safim²⁸.

Foi neste contexto de expectativa e tensão que o novo capitão chegou à cidade. Ataíde terá compreendido que a importância estratégica, política, comercial e militar de Safim, no quadro da política expansionista manuelina, não se coadunava com uma capitania passiva, que se circunscrevesse à organização interna da cidade. Os objectivos que tinham por base a afirmação da soberania lusa em Safim, nomeadamente, a exploração das relações comerciais com vista ao trato com Arguim e a

²⁵ *Mandado de D. Pedro de Azevedo, governador de Safim, para o almoxarife da dita cidade dar a Diogo Caravela 1.200 réis*, em 4 de Agosto de 1510. ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 23, n.º 13.

²⁶ Veja-se, a título de exemplo, o que ocorreu em Azamor em 1514, nomeadamente, a relutância de Rui Barreto em entregar a capitania a João Soares (Pessanha, 2019b: 40-42).

²⁷ ANTT, *Colecção de cartas*, Núcleo Antigo 891, maço 2, n.º 43. Documento publicado in Sousa (1790: 32-41). Também Pierre de Cenival (1934: 240-247) traduziu este documento para francês. Note-se que a tradução de Frei João de Sousa remete este documento para 1 de Janeiro de 1510, enquanto a tradução de Pierre de Cenival remete o mesmo documento para 6 de Julho de 1510.

²⁸ O mais certo é que o novo capitão nem sequer tenha dado muito crédito às queixas que então circulavam sobre Diogo Lopes e Lopo Barriga, dada a inexistência de documentos que atestem repercussões quanto às acusações de que eram alvo. Aliás, não só não é conhecida documentação que ateste as repercussões destas acusações, como Nuno Fernandes, que certamente os tinha em grande consideração desde a sua frontaria em Arzila, os manteve nos respectivos cargos, acabando estes por se transformarem nos seus homens de confiança. De resto, é provável que tenha sido por recomendação de Nuno Fernandes que D. Manuel atribuiu mercê a Lopo Barriga, em 1511, e que em 1515 foi feito «fydalgo de cora d'armas». Vejam-se, respectivamente, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 105v e ANTT, *Gavetas*, Gav. 15, maço 18, n.º 28.





Fig. 5. Representação da cidade de Safim em inícios do século XVI. Gravura de Georg Braun, publicada no *Civitates Orbis Terrarum* (1572). (On line) Disponível em http://historic-cities.huji.ac.il/morocco/safi/maps/braun_hogenberg_I_56_2_b.jpg (consultado em 2 de Abril de 2020).

Mina e o estabelecimento de uma área de influência que, em última instância, permitisse abrir caminho à conquista de Marraquexe, dificilmente seriam concretizáveis caso os portugueses não fossem comandados por um capitão forte, um líder capaz de conciliar os portugueses sob a sua autoridade, unindo-os frente a um adversário comum. É a compreensão desta realidade que explica a estratégia delineada por Ataíde nos meses que se seguiram à sua chegada a Safim: se na cidade grassavam as intrigas, rivalidades e invejas que minavam o relacionamento entre os portugueses, havia que lançá-los para fora das muralhas, obrigando-os à união através do combate face a um inimigo comum, a que convinha mostrar o poder e a determinação do novo capitão (Pessanha, 2017a: 50; Pessanha, 2023b: 239).

4. A EXPEDIÇÃO AO CASTELO DO *MOURO SANCTO*

Em abono da verdade, os primeiros meses da capitania de Ataíde estão mal documentados, pelo que apenas sabemos de alguns dos seus feitos de armas através da crónica de Damião de Góis, de que D. Jerónimo Osório se serviu para escrever

Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel. É, portanto, com base nas narrativas destes cronistas que sabemos que Ataíde se lançou numa série de entradas coroadas de êxito²⁹, sendo que o primeiro ataque foi dirigido contra o castelo do «*mouro sancto*». A este respeito, diz-nos Damião de Góis que «Depois da cidade de Çafim ser tomada pelo modo q atraz fica dito, & Nuno Fernandez dataide capitão, & governador della ter feitas algumas entradas, das quaes a primeira foi huma em que tomou a casa, & castelo do Mouro Sancto, & o captiuou a elle, com mais de cem almas» (Góis, 1749: 283). Já D. Jerónimo Osório refere que «Primeiramente tomou vivo, dentro do castelo bem presidado onde fazia assistência, um mouro a quem toda a Mauritània, pela sua santidade, rendia honras quási divinas; arrazou-lhe o castelo, matou-lhe muita gente da guarnição, e muitos outros cativou» (Osório, 2004: 156).

Se seguirmos as narrativas destes cronistas vemos que desta expedição resultou a captura do supracitado mouro, juntamente com mais cem cativos, para além da morte de muitos guerreiros³⁰. Como observámos em anterior trabalho, bem sabemos que a cronística dos séculos xv e xvi é pautada por uma preocupação em apresentar números aproximados de mortos, feridos e cativos em cada combate com os mouros (Pessanha, 2019c: 45), condição iniciada com Zurara, nas suas crónicas relativas à Expansão no Norte de África, continuada por cronistas quatrocentistas como Rui de Pina ou Garcia de Resende (Serrão, 1989; Cruz, 2001: 51-59), e que teve repercussões em cronistas quinhentistas como Damião de Góis ou D. Jerónimo Osório³¹. Porém, no caso desta expedição contra o castelo do *mouro sancto*, não se apresenta tão importante a contabilização de mortos e cativos quando comparada com a carga simbólica de que se reveste o assalto. É certo que já vários investigadores fizeram referência a esta expedição militar. Foi o caso de Durval Pires de Lima (1930: 35), André Teixeira (2000: 201) ou mesmo nós, em artigo dado à estampa nos *Anais do Município de Faro* (Pessanha, 2017a: 50-51). No entanto, estas brevíssimas referências nunca tiveram em consideração que esta se tratou da primeira acção documentada dos ataques lançados pelos portugueses a partir de Safim. Note-se que, ainda que as escaramuças entre mouros e cristãos fossem uma realidade bastante frequente no exterior das praças norte-africanas, não existe registo documental de qualquer entrada ou almogavaria lançada sobre os territórios vizinhos desta cidade durante as capitánias de Diogo de Azambuja ou Pedro de Azevedo. Recorde-se, aliás, que se a missão de Azambuja era a tomada definitiva de Safim (Góis, 1749: 187-188), a de Pedro de Azevedo era a normalização de relações com os mouros (Pessanha, 2023b:

²⁹ Sobre a tática ofensiva das entradas, Pessanha (2012: 141-145). Segundo Fontoura (1998: 28), devemos distinguir as entradas das almogavarias. De acordo com esta autora, as entradas dos portugueses eram feitas pelos capitães ou pelos fronteiros ao serviço das praças. Nestes casos, quando os capitães dirigiam as incursões, levavam um porta-bandeira (alferes) com o estandarte de Cristo. As almogavarias, pelo contrário, eram simples correrias ou razias que não apresentavam aquela particularidade.

³⁰ Curiosamente, Pedro de Mariz não faz qualquer referência a este empreendimento militar ao abordar o início da capitania de Nuno Fernandes de Ataíde (1806: 719-720).

³¹ Sobre estes cronistas do séc. xvi vejam-se Moreira (2003: 419-430) e Pinto (2023: 307-348).



223-231), o que tornava inviável qualquer iniciativa de natureza militar contra a população muçulmana estabelecida em redor de Safim e que se tentava pacificar. Vemos, deste modo, que o empreendimento concebido por Ataíde contra o castelo do *mouro sancto* esteve longe de ser um alvo escolhido aleatoriamente, já que constituiu o acto inaugural representativo do poder de que o novo capitão estava investido. Qual a localização do castelo do *mouro sancto*? A que distância se encontrava de Safim? Torna-se difícil responder a estas questões. Nem Damião de Góis, nem D. Jerónimo Osório, nem as fontes epistolográficas no-lo dizem.

Para respondermos a tais questões torna-se pertinente, antes de mais, reflectirmos sobre a identidade deste *mouro sancto*. O «cícero português» diz-nos apenas que se tratava de um mouro a quem toda a Mauritânia, pela sua santidade, rendia honras quase divinas (Osório, 2004: 156). De acordo com David Lopes (1941: 256-257), o «Mouro Sancto que Nuno Fernandes de Ataíde cativou no início da sua capitania, em 1510, era um morabito sem dúvida», isto é; um dos «homens santos» que mais tarde acabariam por se revelar como os grandes incitadores da guerra santa contra a ocupação portuguesa (Farinha, 1974: 299-307). De facto, somos da opinião de que o *mouro sancto* seria um dos xeques sufis ou *walis* (santos) estabelecidos na região da Duquela e conhecidos por concederem conselhos e orientação espiritual aos muçulmanos que os procuravam. Note-se que o *Attachaouf ilà Rijali Attasaoufe*, de Abou Yacoubé Youssef Ben Yahya Ettadili, contabiliza um total de duzentos e setenta e nove xeques sufis na região das tribos Xerquia, Garbia e Abda, ainda no século XIII. Ora, não obstante tratar-se de uma obra relativa ao século de trezentos, permite-nos perceber a veneração dos naturais da região da Duquela em relação aos *walis* e aos xeques sufis nos inícios da centúria quinhentista. É nesse sentido que se torna pertinente verificar que esta obra regista vinte e quatro xeques sufis da família Senhaja, espalhados na zona da Duquela, seis xeques da família Amghar em Tite, nove xeques da família Duqali na Duquela, e oito xeques da célebre família Regraga (El Attar, 2016: 80-81). Se tivermos em consideração que Ataíde, nas entradas seguintes, «captiuou & matou muitos Mouros, principalmente dos Arabios Dazamor, que viuem a cinco legoas de Çafim» (Góis, 1749: 283), podemos depreender que o *mouro sancto* seria, muito provavelmente, descendente da família Amghar estabelecida na região de Tite, ou seja, a sul de Azamor e a nordeste de Safim. Por outras palavras, a região da Duquela para onde Nuno Fernandes dirigiu inicialmente a sua política intimidatória.

Note-se, por outro lado, que quando se deu o grande cerco a Safim, nesse mesmo ano de 1510, foram os mouros de Almedina, juntamente com os de Azamor, que incitaram à sublevação geral das tribos da Duquela contra os portugueses. De facto, a carta de Nuno Gato ao rei D. Manuel, de 4 e 5 de Dezembro de 1510, refere uma das ofensivas comandadas por Nuno Fernandes de Ataíde e dirigida contra os campos de Almedina³², cidade que, de acordo com Leão-o-Africano, «*es casi*

³² ANTT, *Gavetas*, Gav. 20, maço 5, n.º 38. Documento publicado in Cenival (1934: 259-260).



la capital de la region» (2004: 182)³³. Foi então que os mouros de Almedina, face à indecisão que constituía o pagamento do tributo ao rei de Portugal, procuram o conselho dos mouros de Azamor, que os incitaram a uma sublevação geral contra os portugueses³⁴. Foi, portanto, neste contexto de resistência que, como bem observou o rabino Ibrahim ben Zamirou em carta a D. Manuel de 15 de Janeiro de 1511, «*los de Almedyna vynyeron a este cerco e fueron mucha causa del*»³⁵, ou seja, foram estes que, incitados pelos mouros de Azamor igualmente injuriados pelas acções de Ataíde, estiveram na origem do levantamento geral composto por todas as tribos mouras desde a Xiátima a Azamor e do Atlas ao oceano, para juntas expulsarem os portugueses de Safim (Pessanha, 2023b: 242-243). Também este indicador permite-nos, desde logo, depreender que o «*mouro sancto*» seria descendente da família Amghar estabelecida na região de Tite, próxima dos mouros de Azamor, que renderiam «*as honras quási divinas*» (Osório, 2004: 156) a este líder espiritual. De resto, é esta veneração dos naturais da região pelos xeques sufis (ou *walis*), associada à dimensão mística que lhe é inerente, que explica o motivo pelo qual Damião de Góis se refere ao local de retiro do «*mouro sancto*» como «*casa, & castelo*» (1749: 283), ou a razão pela qual Osório se refere à presença de «*muita gente da guarnição*» (2004: 156) para o proteger.

Desconhecemos igualmente a composição da força portuguesa neste ataque inaugural e mesmo nos outros que se seguiram nesse ano de 1510. De facto, os primeiros quantitativos reunidos para as entradas comandadas por Ataíde e discriminados pelas fontes já são relativos ao ano de 1511, como em 22 de Janeiro de 1511, quando o capitão concentrou quatrocentas e trinta lanças e cem peões (besteiros e espingardeiros) para atacar uns aduares localizados nos arredores de Almedina (Góis, 1749: 287), ou em 23 de Outubro de 1511, quando Ataíde reuniu, alegadamente, quatrocentos e setenta homens a cavalo e quinhentos de pé, para atacar uns aduares localizados nos arredores de Conte (Góis, 1749: 290). Parece-nos manifestamente inverosímil que Nuno Fernandes tenha reunido semelhante número de tropas para atacar o castelo do *mouro sancto*. Se assim fosse, os cronistas teriam deixado registo. Ainda assim, é natural que Ataíde tenha reunido uma força suficiente numerosa para atacar um local fortificado e defendido por uma guarnição. Condição, aliás, necessária para eliminar grande número de adversários, capturar «*mais de cem almas*» (Góis, 1749: 283) e arrasar o castelo do *mouro sancto*, que foi igualmente aprisionado (Osório, 2004: 156).

Note-se, por fim, que o facto de se tratar do castelo de um líder espiritual que, por inerência, aconselhava e orientava os crentes muçulmanos, faziam dele um alvo simbólico cuja sujeição pelas armas lusas quebraria o ânimo dos mouros contrários aos interesses dos portugueses. Repare-se que, de acordo com os cronistas, Ataíde não assassinou o *mouro sancto*. De resto, D. Jerónimo Osório (2004: 156) é

³³ Sobre a cidade de Almedina vejam-se também Mármol Carvajal (1573: 46-47); Godinho (1947: 90).

³⁴ ANTT, *Gavetas*, Gav. 20, maço 5, n.º 38. Documento publicado in Cenival (1943: 259-264).

³⁵ ANTT, *Gavetas*, Gav. 20, maço 1, n.º 21. Documento publicado in Cenival (1934: 281). Sobre este personagem, Tavim (1993: 115-141). Sobre esta família, Tavim (2004: 149-165).



bastante claro ao afirmar que o capitão português «tomou vivo, dentro do castelo bem presidado». Quer isto dizer que Nuno Fernandes limitou-se a aprisioná-lo, tendo o cuidado de não transformar este líder espiritual num mártir, o que poderia gerar uma insurreição generalizada das tribos da Duquela contra os portugueses. Aliás, o facto de «os mais dos lugares, vezinhos, aduares & cabildas» (Góis, 1749: 283) terem posteriormente pedido a paz poderá, eventualmente, indicar que este *mouro sancto* ou outros xeques sufis terão incitado as populações autóctones a cooperarem com os portugueses, em vez de os defrontarem. Recorde-se que ainda em 1507, aquando dos primeiros contactos dos portugueses com os xeques sufis das cabildas de Regraga, estes declararam total obediência ao rei de Portugal, conjuntamente com as outras tribos de Duquela³⁶. É nesse sentido que este ataque inaugural de Nuno Fernandes de Ataíde deve ser entendido não somente como representativo do poder de que o novo capitão ia investido, mas também como uma ofensiva simbólica, simultaneamente destinada a apurar fidelidades e cirurgicamente dirigida contra um líder espiritual capaz de influenciar as tribos da região. Foi, portanto, com este ataque inaugural que o capitão de Safim deu início às célebres cavalgadas que incutiram o terror a todos os que contestassem a soberania de Portugal no sul de Marrocos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos dar por terminado o presente trabalho sem antes tecermos algumas breves considerações. Antes de mais, importa reter que, ainda que a expedição militar contra o castelo do *mouro sancto* constitua a primeira ofensiva militar comandada pelo célebre Nuno Fernandes de Ataíde na qualidade de capitão de Safim, a mesma nunca foi sujeita a apreciação crítica. Na realidade, seria um exagero afirmar que esta acção militar foi eclipsada por outros episódios bélicos comandados pelo *nunca esta quedo* e que ficaram registados na História da Expansão Portuguesa, como o sucesso alcançado no Grande Cerco de Safim, em 1510, ou a célebre expedição contra Marraquexe, em 1515. A verdade é que, se não são conhecidas fontes epistolográficas sobre o ataque ao castelo do *mouro sancto*, também os cronistas do séc. XVI foram manifestamente parcios nas referências a esta expedição militar.

Porém, esta acção comandada por Nuno Fernandes de Ataíde reveste-se de particular interesse, já que este alvo simbólico inaugurou não só a primeira fase da sua capitania em Safim, como também a política de acções militares que acabaram por levar as armas lusas até às portas de Marraquexe e à constituição de um protectorado de *mouros de pazes* tributários da Coroa de Portugal. De facto, a expedição contra o castelo do *mouro sancto* cumpriu vários desígnios em simultâneo, isto é: não só uniu os portugueses desavindos em torno da luta contra um inimigo comum, como apurou fidelidades relativamente ao comando do novo capitão. Por outro lado,

³⁶ BNP, MS. 7638, n.º 63. Documento publicado in Cenival (1934: 136-138); Lopes (1897: 82-83).

esta ofensiva simbólica, cirurgicamente dirigida contra um líder espiritual capaz de influenciar as tribos da região, apresentou-se simultaneamente representativa do poder de que o novo capitão ia investido, encetando o período que David Lopes (1937: 158; 1989: 31), séculos mais tarde, acabaria por designar de «a página mais assombrosa da história luso-marroquina».

RECIBIDO: 12/7/24; ACEPTADO: 24/8/24



FONTES PRIMÁRIAS

- AFRICANO, Leão-o- (2004). *Descripción General del África*, Fundación El Legado Andalusi, Granada.
- ANTT, *Casa Real*-Cartório da Nobreza, Liv. 19, fl. 49v.
- ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V* - Livro 13, fl. 31.
- ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I* - Livro 8, fl. 105v; Livro 32, fl. 113v.
- ANTT, *Colecção de cartas* - Núcleo Antigo 891, maço 2, n.º 48; Núcleo Antigo 891, maço 2, n.º 43.
- ANTT, *Corpo Cronológico* - Parte I, maço 1, n.º 43; Parte I, maço 5, n.º 12. Parte II, maço 23, n.º 13.
- ANTT, *Gavetas* - Gav. 15, maço 18, n.º 28; Gav. 20, maço 1, n.º 21; Gav. 20, maço 5, n.º 38.
- ANTT, *Leitura Nova* - Livro das Ilhas, fls. 49-50. Livro 1 de Odiana, fl. 4v; Livro 1 de Odiana, fl. 84v.
- AZEVEDO, Pedro de (1934). *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, tomo II (1450-1456), Academia das Ciências, Lisboa.
- BAIÃO, António (1925). *Documentos do Corpo Cronológico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa.
- BNF, *Département Cartes et Plans*, GE DD-2987 (8044).
- BNP, MS. 7638, n.º 63.
- CÉNIVAL, Pierre de (1934). *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, vol. I, Archives et Bibliothèques de Portugal, Paul Geuthner, Paris.
- COUTO, Diogo do (1988). *O Soldado Prático*, Publicações Europa-América, Mem-Martins.
- FERNANDES, Valentim (1938). *Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal par Valentim Fernandes (1506/1507). (A Descrição de Ceuta por sua Costa de Mauritania e Ethiopia pellos Nomes Modernos Proseguindo as Vezes Algũas Cousas do Sarrão da Terra Firme)*, traduction par Pierre de Cénival et Th. Monod, Librairie Larose, Paris.
- GÓIS, Damião de (1724). *Chronica do Principe Dom Joam*, Lisboa.
- GÓIS, Damião de (1749). *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, Lisboa.
- LOPES, David (1897). *Textos de Aljamia portuguesa: Documentos para a História do Domínio Português em Safim Extrahidos dos Originaes da Torre do Tombo*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- MARIZ, Pedro de (1806). *Dialogo de varia historia: em que se referem as vidas dos senhores reis de Portugal com os seus retratos, e noticias dos nossos, reinos, e conquistas, e vários sucessos do mundo*, tomo I, Na Impressão Regia, Lisboa.
- MÁRMOL CARVAJAL, Luís del (1573). *Descripción general de África, sus guerras y vicisitudes, desde la fundación del mahometismo hasta el año 1571*, en casa de Rene Rabut impressor de libros, Granada.
- OSÓRIO, Jerónimo (2004). *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, Biografias da História de Portugal, volume XXVII, QuidNovi, Matosinhos.
- PEREIRA, Duarte Pacheco (1954). *Esmeraldo de Situ Orbis*, Academia Portuguesa da História, Lisboa.
- PINA, Rui de (1901-1903). *Chronica de El-Rey D. Affonso V*, 3 vols., Scriptorio, Lisboa.
- RODRIGUES, Bernardo (1915). *Anais de Arzila*, vol. I, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa.
- SECO DE LUCENA, Luis (1951). *Marruecos a comienzos del siglo XV, según Abu-l-Abbas Ahmad al-Qalqasandi*, Editora Marroquí, Tetuán.



- SOUSA, Frei João de (1790). *Documentos Arabicos para a Historia Portugueza copiados dos Originaes da Torre do Tombo*, Na Officina da Academia Real das Sciências, Lisboa.
- ZURARA, Gomes Eanes de (1992). *Crónica da Tomada de Ceuta*, Publicações Europa-América, Mem-Martins.

ESTUDOS

- BALEIRA, José Manuel Marques (2016). *Portugal no Atlântico. A posse das Canárias nos séculos XIV e XV. Uma questão Militar*, dissertação de mestrado apresentada Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BALLONG-WEN-MEWUDA, J. Bato'ora (1993). *São Jorge da Mina (1482-1637). La vie d'un comptoir portugais en Afrique occidentale*, 2 vols. Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais.
- BOUCHARB, Ahmed (1994). «A importância de Safi no império comercial português». *Mare Liberum*, 7, 193-201.
- BOUCHARB, Ahmed (2021). «A relevância da Duqela no império comercial português a partir das “cartas de quitação de D. Manuel I”». La place de Doukkala dans l'empire commercial portugais à partir des “cartas de quitação de D. Manuel I”». *Portugal e o Sul de Marrocos: contactos e confrontos (séculos XV-XVIII). Le Portugal et le sud du Maroc: Contacts et Conflits (XV-XVIII siècles)*, vol. 1, 99-111.
- CORDEIRO, Luciano (1892). *Diogo d'Azambuja*, Imprensa Nacional.
- CORREIA, Jorge (2008). *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África-Da tomada de Ceuta a meados do Séc. XVI*, FAUP Publicações.
- CORTE-REAL, Manuel Henrique (1967). *A Feitoria Portuguesa na Andaluzia (1500-1532)*, Instituto de Alta Cultura / Centro de Estudos Históricos Faculdade de Letras de Lisboa.
- COSME, João (2004). *A Guarnição de Safim em 1511*, Caleidoscópio.
- CRUZ, Maria Augusta Lima (2001). «Os cronistas do império: da gesta das armas aos heróis do mar», en Ana Maria Rodrigues & Joaquim Soeiro de Britto (coords.), *Outro mundo novo vimos* (pp. 51-59). Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- CRUZ, Maria Augusta Lima (2002). «Mouro para os cristãos e cristão para os mouros: o caso Benta-fufa». *Anais de História de Além-Mar*, vol. III (pp. 39-63). Centro de História de Além-Mar / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa / Universidade dos Açores.
- DIAS, Pedro (2000). *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415-1769*, Livraria Minerva Editora.
- DIAS, Pedro (2008). *História da Arte Portuguesa no Mund—O Espaço Atlântico (séculos XV-XIX)*, (44-68). Círculo dos Leitores.
- EL ATTAR, Mohamed (2016). *Os portugueses na região meridional de Marrocos 1505-1541*, dissertação de mestrado em História, Especialidade História dos Descobrimentos e da Expansão, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FARINHA, António Dias (1974). «Os Marabutos e a Presença Portuguesa em Marrocos (Nótulas)». *Colectânea de Estudos em Honra do Prof. Doutor Damião Peres* (pp. 299-307). Academia Portuguesa da História.



- FARINHA, António Dias (1998). «O Norte de África», en Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (coords.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. I (118-133). Círculo de Leitores.
- FERREIRA, Susannah Humble (2015). *The Crown, the Court, and the Casa da Índia. Political centralization in Portugal 1479-1521*, Brill.
- FIGANIER, Joaquim (1945). *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) 1505-1541*, Agência Geral das Colónias.
- FONTOURA, Maria Otília Rodrigues (1998). *Portugal em Marrocos na Época de D. João III-Abandono ou Permanência?*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura & Centro de Estudos de História do Atlântico.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1947). *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, Terra Editora.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1990): *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar. Séculos XIII-XVIII*, Difel.
- LIMA, Durval Pires de (1930). *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506-1542)*, Imprensa Lucas & C.^a.
- LOPES, David (1931). «Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel», en Damião Peres (dir.), *História de Portugal*, vol. III (pp. 453-544). Portucalense Editora.
- LOPES, David (1937). «A Expansão em Marrocos», en António Baião; Hernani Cidade; Manuel Múrias (Dirs.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I (pp. 131-192). Editorial Ática;
- LOPES, David (1941). Cousas Luso-Marroquinas—Notas filológicas sobre particularidades vocabulares do português das praças de África. *Boletim de Filologia*, vol. VII, 245-259.
- LOPES, David (1989). *A Expansão em Marrocos*, Teorema.
- MATTOSE, José (1998). «Antecedentes medievais da Expansão Portuguesa». *História da Expansão Portuguesa—volume I-A Formação do Império (1415-1570)* (pp. 12-25). Círculo dos Leitores.
- MONTEIRO, João Gouveia (1992). «Cavalaria montada, cavalaria desmontada e infantaria—Para uma compreensão global do problema militar nas vésperas da expansão portuguesa». *Revista de História das Ideias*, 14, 143-194.
- MOREIRA, Fernando Alberto Torres (2003). «Góis e Osório, cronistas de D. Manuel I». *Damião de Góis na Europa do Renascimento-Actas do Congresso Internacional* (419-430). Universidade Católica de Braga.
- PESSANHA, Fernando (2012). *As Guarnições Militares nas Praças Portuguesas da Região da Duqueza, no Algarve Dalém-mar*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.
- PESSANHA, Fernando (2017a). «Nuno Fernandes de Ataíde, o que nunca está quedo—De alcaide de Alvor a capitão e governador de Safim». *Anais do Município de Faro*, vol. XXXIX, 43-59.
- PESSANHA, Fernando (2017b). «Ayamonte na Expansão Portuguesa para o Norte de África». *Jornadas de História de Ayamonte*, vol. XXI, 111-179.
- PESSANHA, Fernando (2019a). «A conquista e destruição de Anafé (Casablanca) pelo Infante D. Fernando (1468)—Considerações sobre uma pouco conhecida operação anfíbia». *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 19, 7-123.
- PESSANHA, Fernando (2019b). «Rui Barreto: a capitania do alcaide-mor de Faro em Azamor». *Anais do Município de Faro*, vol. XLI, 63-44.



- PESSANHA, Fernando (2019c). *D. Fernando de Meneses—Capitão de Ceuta, 1.º Conde de Alcoutim e 2.º Marquês de Vila Real*. Gente Singular;
- PESSANHA, Fernando (2019d). «A Pirataria no extremo sudeste algarvio, nos alvares da Idade Moderna». *Academia de Marinha. Memórias 2019*, vol. XLIX, 445-472.
- PESSANHA, Fernando (2021). «O adail Lopo Barriga e a expedição contra o castelo de Amagor». *Jornal do Algarve Magazine*, 3366, 6.
- PESSANHA, Fernando (2022). «Garcia de Melo—Bellator da Expansão Portuguesa nos Algarves de Aquém e de Além-mar». *Jornal do Algarve Magazine*, 3392, 13.
- PESSANHA, Fernando (2023a). «Os algarvios em Marrocos nos séculos xv e xvi—Uma breve sondagem», en Rui Manuel Loureiro (coord.), *O Algarve na primeira Globalização* (pp. 103-140). Direcção Regional de Cultura do Algarve / Projecto Magallanes_ICC.
- PESSANHA, Fernando (2023b). *Nuno Fernandes de Ataíde, o «nunca esta quedo» —A acção do capitão de Safim no apogeu da presença militar portuguesa em Marrocos*, Tese de doutoramento em Património apresentada à Universidade de Huelva.
- PINTO, António Guimarães (2003). «Damião de Góis e D. Jerónimo Osório: a *Crónica de D. Manuel* e o *De rebus Emmanuelis gestis*. Damião de Góis na Europa do Renascimento». Actas do Congresso Internacional (pp. 307-348). Universidade Católica de Braga.
- RUMEU de ARMAS, Antonio (1955). «La Torre Africana de Santa Cruz de la Mar Pequeña—Su segunda fundación». *Anuario de Estudios Atlánticos*, 1, 397-477.
- TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva (1993). «Abraão Benzamerro, “Judeu de Sinal”, sem sinal, entre o Norte de África e o Reino de Portugal». *Mare Liberum*, vol. 6, 115-141.
- TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva (2004). «Judeus entre Portugal e Marrocos nos séculos xvi e xvii—Páginas de controvérsias e entendimentos». *Revista Camões*, 17/18, 149-165.
- TEIXEIRA, André (2000). «Nuno Fernandes de Ataíde, o *nunca esta quedo* capitão de Safim», en João Paulo Oliveira e Costa (coord.), *A Nobreza e a Expansão Portuguesa. Estudos Biográficos* (pp. 161-205). Patrimonia.
- THOMAZ, Luís Filipe (1989). «Le Portugal et l’Afrique au xv^{ème} siècle: les débuts de l’expansion». *Arquivos do Centro Cultural Português*, xxvi, 161-256.
- THOMAZ, Luís Filipe (1994): *De Ceuta a Timor*, Difel.



